



Prefeitura do Município de São Pedro

PROJETO DE LEI Nº 07

DE 10 DE JANEIRO DE 2013.

(Institui o Programa de Demissão Voluntária - PDV no Poder Executivo do Município de São Pedro e na Autarquia SAAESP e dá outras providências)

HELIO DONIZETE ZANATTA, Prefeito do Município de São Pedro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Propõe:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Demissão Voluntária - PDV, para os servidores públicos municipais lotados no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro e, da Autarquia SAAESP – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro.

Art. 2º Podem aderir ao Programa de Demissão Voluntária, os servidores civis da administração pública direta, e os servidores públicos da Autarquia SAAESP – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro, ocupantes de empregos efetivos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parágrafo único. Estão excluídos do Programa de Demissão Voluntária, os servidores públicos empregados que:

- I – estejam em estágio probatório;
- II – tenham sido condenados, com decisão judicial transitada em julgado e que importe na perda do emprego público que ocupam.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal e o Presidente em exercício da Autarquia SAAESP apreciarão os pedidos de adesão ao Programa de Demissão Voluntária, reservando-se o direito de rejeitá-los, em virtude de estrito interesse público, a seu critério.

Art. 4º Os critérios remuneratórios, entendidos neste caso os pagamentos de verbas rescisórias e indenizatórias obedecerão ao seguinte:

I – para o empregado celetista que contar até 5 (cinco) anos de efetivo exercício no emprego público a que se quer demitir:

- a) 01 (um) salário base, a título de incentivo;
- b) liberação do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, depositado em conta vinculada na Caixa Econômica Federal, referente ao tempo de serviço público prestado como servidor do Município de São Pedro, a título de rescisão indireta;
- c) pagamento da multa rescisória no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o FGTS depositado;

d) pagamento do saldo de salários;

e) pagamento das férias vencidas e proporcionais, acrescidas do terço constitucional;

f) pagamento do décimo terceiro salário proporcional.

II – para o empregado celetista que contar mais de 5 (cinco) anos, com até 10 (dez) anos de efetivo exercício no emprego público a que se quer demitir:

- a) 02 (dois) salários base, a título de incentivo;



Prefeitura do Município de São Pedro

b) liberação do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, depositado em conta vinculada na Caixa Econômica Federal, referente ao tempo de serviço público prestado como servidor do Município de São Pedro, a título de rescisão indireta;

c) pagamento da multa rescisória no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o FGTS depositado;

d) pagamento do saldo de salários;

e) pagamento das férias vencidas e proporcionais, acrescidas do terço constitucional;

f) pagamento do décimo terceiro salário proporcional.

III – para o empregado celetista que contar mais de 10 (dez) anos, com até 15 (quinze) anos de efetivo exercício no emprego público a que se quer demitir:

a) 03 (três) salários base, a título de incentivo;

b) liberação do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, depositado em conta vinculada na Caixa Econômica Federal, referente ao tempo de serviço público prestado como servidor do Município de São Pedro, a título de rescisão indireta;

c) pagamento da multa rescisória no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o FGTS depositado;

d) pagamento do saldo de salários;

e) pagamento das férias vencidas e proporcionais, acrescidas do terço constitucional;

f) pagamento do décimo terceiro salário proporcional.

IV – para o empregado celetista que contar mais de 15 (quinze) anos, com até 20 (vinte) anos de efetivo exercício no emprego público a que se quer demitir:

a) 04 (quatro) salários base, a título de incentivo;

b) liberação do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, depositado em conta vinculada na Caixa Econômica Federal, referente ao tempo de serviço público prestado como servidor do Município de São Pedro, a título de rescisão indireta;

c) pagamento da multa rescisória no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o FGTS depositado;

d) pagamento do saldo de salários;

e) pagamento das férias vencidas e proporcionais, acrescidas do terço constitucional;

f) pagamento do décimo terceiro salário proporcional.

V – para o empregado celetista que contar mais de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no emprego público a que se quer demitir:

a) 05 (cinco) salários base, a título de incentivo;

b) liberação do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, depositado em conta vinculada na Caixa Econômica Federal, referente ao tempo de serviço público, prestado como servidor do Município de São Pedro, a título de rescisão indireta;

c) pagamento da multa rescisória no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o FGTS depositado;



Prefeitura do Município de São Pedro

- d) pagamento do saldo de salários;
- e) pagamento das férias vencidas e proporcionais, acrescidas do terço constitucional;
- f) pagamento do décimo terceiro salário proporcional.

§ 1º O servidor aposentado ou que tiver comprovadamente requerido a aposentadoria fará jus a mais 01 (um) salário base, além dos benefícios discriminados neste artigo a que tiver direito.

§ 2º O servidor que tiver atendido seu pedido de demissão fica liberado da prestação do aviso prévio, prestado ou remunerado.

Art. 5º Entende-se por efetivo exercício no emprego público, para os benefícios da presente Lei, o tempo que o empregado realmente laborou, excluindo-se na apuração as licenças médicas, afastamentos previdenciários e licenças sem remuneração.

Art. 6º Para o deferimento do pedido serão observadas ainda as razões de interesse público, além da garantia de que a execução satisfatória das atividades relevantes de cada área não será afetada.

Art. 7º O Programa de Demissão Voluntária – PDV do Poder Executivo Municipal, incluída a Autarquia SAAESP, entrará em vigor na data da promulgação da presente Lei, prevalecendo seus efeitos pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. Pedidos de adesão ao PDV protocolados fora do prazo instituídos pela presente Lei não serão apreciados.

Art. 8º O interessado deve protocolar seu requerimento no Departamento de Protocolo da Prefeitura do Município ou do SAAESP, quando for o caso, que encaminhará a solicitação, juntamente com o prontuário do requerente ao Chefe do Executivo ou Presidente da Autarquia respectivamente para manifestação.

Art. 9º Os pedidos de adesão ao Programa de Demissão Voluntária – PDV serão apreciados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data do protocolo, sendo a decisão comunicada ao interessado pelo Departamento de Recursos Humanos.

Parágrafo Único. O pedido de adesão ao Programa de Demissão Voluntária - PDV tem natureza irrevogável.

Art. 10. As despesas oriundas da execução da presente Lei onerarão dotações próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário, nos termos da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 11. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


HELIO DONIZETE ZANATTA
Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de São Pedro

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

Estamos encaminhando a essa Colenda Casa, Projeto de Lei que implanta o Programa de Demissão Voluntária – PDV na Prefeitura Municipal de São Pedro e na Autarquia SAAESP – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro.

O referido programa tem o objetivo de conceder maiores incentivos e benefícios ao servidor público efetivo que não possui a pretensão de permanecer nos quadros de pessoal da Municipalidade, podendo assim traçar novos objetivos na carreira profissional.


No caso vertente, o PDV conferirá à Prefeitura, à Autarquia e ao seu empregado efetivo, o uso de critérios remuneratórios que possibilitem o rompimento do vínculo empregatício que, pelo próprio contexto de descontentamento, deixou de ser saudável à administração pública.

Em resumo, o PDV se apresenta como uma maneira legal que viabiliza a constante reciclagem do quadro de pessoal estável do funcionalismo público, proporcionando ao servidor insatisfeito, vantagens remuneratórias que garantam a sua subsistência durante o período compreendido entre a sua saída do serviço público e o ingresso em sua nova profissão, ou até mesmo o investimento necessário à abertura do próprio negócio.

Da mesma forma, o programa evitará a permanência do servidor insatisfeito nos quadros públicos, conferindo assim oportunidade para que pessoas motivadas possam preencher estas vagas e integrar os quadros públicos em benefício da própria população.

Sendo o que nos oferecia para o momento e contando com a apreciação e aprovação por parte dos Nobres Vereadores, aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência nossos protestos de elevado respeito e distinta consideração.

Atenciosamente,


HELIO BONIZETE ZANATTA
Prefeito Municipal